

**A ESCRITA FAUSTIANA DA PRIMEIRA REPÚBLICA:
A RELAÇÃO ENTRE HISTÓRIA E MEMÓRIA NOS PRIMEIROS
TRABALHOS ACADÊMICOS DE BORIS FAUSTO**

Fabiane Costa Oliveira
Doutora em História; IFG
fabiane.costa.oliveira@gmail.com

Ao tratar da relação entre História e memória na obra “A Revolução de 1930” de Boris Fausto, Angela de Castro Gomes afirma que:

[...] sob a ótica da escrita da história, algumas observações são interessantes, a começar pelo fato de que o autor [Boris Fausto] não distingue esses dois tipos de narrativas [história e memória], nem em função de seu momento de produção, nem da posição de seu autor no campo político e intelectual. Ele não incorpora essa questão e, de uma forma geral, usa tais textos [os memorialistas] para extrair dados e não para discutir a percepção/interpretação construída pelo autor da narrativa, tanto no próprio contexto dos anos 1930 como posteriormente, quando o trabalho da memória coloca sob novas lentes o relato elaborado. (GOMES, 2008, p. 33).

Conforme avaliação dessa historiadora, Boris Fausto faz uso em sua tese de doutoramento dos textos de caráter memorialístico sem que isso resulte em uma preocupação em distinguir a narrativa memorialista da narrativa histórica. Assim, embora no contexto de produção faustiana, analisado neste trabalho, não se colocasse como problema para o campo historiográfico a crítica memorialística, observou-se que a memória foi mobilizada por Fausto, ainda que não problematizada, ao construir suas interpretações acerca da Primeira República. Fato que acabou por suscitar o interesse do presente trabalho em tratar esse aspecto da obra faustiana. Deste modo, procurar-se-á, neste tópico, refletir sobre o lugar conferido por Fausto à memória em seus primeiros trabalhos de pesquisa acadêmica. Para tanto, dar-se início a essa reflexão a partir da análise da tese de doutoramento desse historiador.

Ao concentrar-se na análise do texto “1930: historiografia e história”, verificou-se que, para além da extração de dados já apontada pela Angela de Castro Gomes, a memória fora utilizada por Boris Fausto para atender outros fins. Um dentre

esses fins esteve relacionado ao fato de Fausto ter buscado o diálogo com os textos que guardavam alguma dimensão memorialística e/ou biográfica para compor debates até então não dimensionados pelas sínteses e abordagens acadêmicas ou mesmo não possíveis de serem compostos a partir das fontes que ele selecionou para sua pesquisa.

Para citar um exemplo, isto fica patente quando esse historiador propõe discutir o tenentismo. Ao compor o debate em torno dessa temática, Boris Fausto dialoga com obras de caráter memorialista e/ou biográfica, como: Jorge Amado, “Vida de Luís Carlos Prestes”; João Alberto Lins e Barros, “Memórias de um revolucionário”; Abguar Bastos, “Prestes e a revolução social”; Antônio dos Santos Figueiredo, “1924: episódios da revolução de São Paulo”; Juarez Távora, “À guisa de depoimento”; Lourenço Moreira Lima, “A coluna Prestes – marchas e combates”; Virgínio Santa Rosa, “O sentido do tenentismo”. Esclarece-se que esse diálogo é realizado sem que Fausto proponha qualquer tipo de problematização da relação entre História e memória.

Ademais, a memória apresenta-se na tese de doutoramento de Boris Fausto a partir do exame crítico que esse historiador realiza em torno de alguns textos produzidos sob o impacto dos acontecimentos por eles abordados. Logo na introdução de sua tese, Fausto propõe que os textos produzidos imediatamente ao episódio de outubro de 1930 inauguraram a interpretação desse movimento revolucionário como ascensão ao poder de uma classe social ou fração de classe. Interpretação que os colocaram sob a mira da crítica faustiana. Nas palavras de Boris Fausto,

A tentativa de apreender o sentido mais profundo da Revolução de 1930, caracterizando-a como episódio da ascensão ao poder de uma classe social ou fração de classe, nasce de um esforço que surge já na época dos acontecimentos, com o objetivo de superar as análises superficiais. Estas análises vão das explicações de tipo meramente psicológico à simples crítica das instituições políticas e dão o tom à grande maioria das crônicas imediatamente posteriores à revolução.¹ (FAUSTO, 1969, p. 1).

Ao longo do primeiro e segundo capítulos da tese “1930: historiografia e história”, Boris Fausto direciona a sua crítica a dois desses autores de época. São eles os

¹ Ao redigir a introdução quando da publicação de “A Revolução de 1930”, Boris Fausto retirou essa análise sobre os textos de época e priorizou o debate em torno da crítica à perspectiva dualista.

já citados Abguar Bastos e Virgínio Santa Rosa. O primeiro ganhou a atenção de Boris Fausto por propor a intervenção da burguesia no episódio revolucionário de 1930, operada através de uma instrumentalização do movimento tenentista. Segundo esse historiador,

No caso brasileiro, na medida em que se definia a contradição principal através do antagonismo entre latifúndio, aliado do imperialismo, e as forças nacionais, constituídas por amplos setores da burguesia nacional, da pequena burguesia e as classes populares, os ideólogos do pensamento dominante nos anos de pós-guerra, no interior da esquerda brasileira, passaram a buscar nos cortes mais significativos da História do Brasil contemporâneo os traços da contradição principal. [...] Abguar Barros apresentou talvez a primeira versão neste sentido, vinculada à esquerda oficial. A intervenção da burguesia industrial no episódio revolucionário ter-se-ia operado através de uma instrumentalização do movimento tenentista, mas não é claro em sua análise, frequentemente contraditória, se a burguesia industrial pode ser considerada, em 1930, como fração autônoma de classe, ou como categoria social dependente dos grupos financeiros. (FAUSTO, 1969, p. 10; 1989, p. 16-17).

No concernente a Virgínio Santa Rosa, a crítica faustiana pesou sobre esse autor em razão de ele ter introduzido a corrente interpretativa que define a Revolução de 1930 como revolução das classes médias. Para Boris Fausto,

A corrente que define a Revolução de 1930 como “revolução das classes médias” tem como pioneiro Virgínio Santa Rosa. A inteligibilidade da Primeira República, para o autor do célebre *O Sentido do Tenentismo*, seria dada pelo choque entre a “pequena-burguesia e a burguesia nacional”. Após definir a burguesia nacional como categoria que engloba os industriais, os comerciantes, os fazendeiros de café, Santa Rosa faz uma enumeração dos setores componentes da pequena-burguesia pela qual se aproxima empiricamente das formulações que conceituam classe social em termos de agregado estatístico. Baseando-se em critérios de padrão de vida presumidamente semelhantes, engloba na pequena-burguesia os funcionários, os empregados do comércio, o proletariado urbano e rural. Toda a sua análise, entretanto, tende a demonstrar como o campesinato constitui massa de manobra das oligarquias, a ponto de excluí-lo implicitamente do conjunto da pequena-burguesia. O choque de forças sociais seria redutível a uma oposição entre as classes médias urbanas, como insuficiente consciência política, e as oligarquias, que só pôde evoluir para a crise revolucionária de 1930, pela cisão das oligarquias e pelo fato das classes médias terem encontrado uma expressão política no movimento tenentista. (FAUSTO, 1969, p. 57; 1989, p. 51).

Baseado nessas duas últimas citações, observa-se que o exame crítico que Boris Fausto realiza acerca das interpretações de Abguar Bastos e Virgínio Santa Rosa não fora acompanhado de uma reflexão problematizadora do fato delas terem sido elaboradas sob o impacto dos acontecimentos. No muito, esse historiador situou o lugar de fala de Abguar Bastos vinculado ao discurso produzido pela esquerda brasileira. E isto, possivelmente, teria sido feito porque fazia parte do horizonte de interesse de Fausto questionar a validade do discurso elaborado por esse mesmo grupo.

No intuito de encerrar o tratamento do modo pelo qual Boris Fausto mobilizou a memória em “1930: historiografia e história”, propõe-se, por fim, refletir sobre o alcance das interpretações do episódio revolucionário de 1930 elaboradas pelo jornalista Barbosa Lima Sobrinho na obra faustiana. O interesse em torno desse jornalista justificase, de um lado, por ele ter escrito “A verdade sobre a Revolução de outubro”, livro publicado em 1933, em período imediatamente posterior aos acontecimentos – o que faz dessa obra um texto de época. De outro, por ele ter sido um pioneiro na discussão da Revolução de 1930 como fruto das disputas políticas empreendidas pelas oligarquias regionais, antecipando-se, assim, as análises propostas por Fausto em fins da década de 1960.

O ano de publicação da obra “A verdade sobre a Revolução de outubro” não deixa dúvida quanto à presença física do autor em seu tempo e em seu tema. Essa presença física faz com que essa obra passe a ocupar nas análises produzidas pelo campo historiográfico o lugar de obra memorialista. Para os que desconfiam da memória, o fato dessa obra ser identificada dentro da tradição memorialista a colocaria em oposição à História.

Embora se constate tal perspectiva, não é propósito deste trabalho traçar uma reflexão teórica em torno da contraposição entre memória e História, mas, tão somente, provocar o debate no sentido de se pensar nas aproximações interpretativas, elaboradas pela memória e pela História. Esta última entendida como fruto da operação historiográfica. Diante do exposto, é preciso registrar que não se partilha das leituras que afirmam serem as interpretações apresentadas pelos historiadores profissionais mais legítimas do que as avaliações conjunturais empreendidas a partir do exercício de autoconsciência dos sujeitos históricos.

Posto isso, concorda-se com Noé Freire Sandes (2003) e Angela de Castro Gomes (2008) quando esses chamam a atenção para o fato de Barbosa Lima Sobrinho (1933) promover um estudo do processo revolucionário, ainda que no “calor dos acontecimentos”, apoiado em fontes, consideradas por ele “confiáveis”. Foram elas: jornais, discursos parlamentares, livros, depoimentos dos homens que viveram a revolução. Por pautar-se nessas fontes, o jornalista acreditava assegurar a construção da “verdade sobre a revolução”, qual seja: a de que ela fora uma expressão puramente regionalista de conflitos oligárquicos.

Nesse sentido, ainda que fosse um jornalista espectador do processo tido como revolucionário e não um historiador, Barbosa Lima Sobrinho optou pelo caminho que fora anos depois percorrido por Boris Fausto: o da consulta de fontes históricas para a elaboração interpretativa dos acontecimentos. Ao contrário de Barbosa Lima Sobrinho, Fausto se restringiu a consulta de fontes impressas, sendo elas: alguns jornais, Coleção de Leis do Brasil e Anais da Câmara dos Deputados, do Senado Federal, do Congresso Nacional e da Assembléia Nacional Constituinte de 1934. Para a análise crítica dessas fontes, ele recorreu ao diálogo com obras produzidas nos anos de 1950 e 1960, vinculadas à produção de sínteses históricas ou propriamente acadêmicas, ao mesmo tempo em que estabeleceu interlocuções com os textos de época e de abordagem memorialística, bem como com as biografias.

E, apesar de não anunciar em sua tese “1930: historiografia e história” a pretensão de revelar a “verdade sobre a revolução” como fez o contemporâneo do evento de 1930, evidencia-se que Boris Fausto buscou, por intermédio de uma vinculação teórico-metodológica, garantir objetividade e imparcialidade no processo de construção do passado. E foi tomado por essa preocupação teórico-metodológica que ele construiu uma história da Revolução de 1930 que acabou por recolocar em pauta a tese anteriormente defendida pelo jornalista, espectador e sujeito histórico, Barbosa Lima Sobrinho. Segundo Angela de Castro Gomes,

[...] em contexto político e intelectual diverso e por caminho e motivações inteiramente distintas, Boris Fausto, em 1970, realizava uma espécie de movimento de “apropriação” da tese de Barbosa Lima Sobrinho, de 1933. Dizer isso, obviamente, não é dizer que Fausto repete interpretação veiculada desde os anos 1930. Ao contrário, é afirmar que Fausto reelabora uma interpretação, dotando-a de uma

força e uma legitimidade que ela não possuía e, nessa mesma operação, “inventa” uma certa genealogia de trabalhos sobre o evento revolucionário que, a partir de 1970, passa a ter um “passado” e um “futuro” historiográfico. (GOMES, 2008, p. 34).

Cabe destacar que, ao recolocar a tese de Barbosa Lima Sobrinho, Boris Fausto a fez sem referenciar exaustivamente o jornalista. A obra “A verdade sobre a Revolução de outubro”, a despeito de antecipar em mais de três décadas a reflexão contemplada na obra faustiana, não esteve referenciada na bibliografia que compôs o texto original da tese de doutoramento de Fausto. Diversamente ao que ocorreu no texto original da tese desse historiador, essa obra figurou entre as muitas citadas na bibliografia de sua versão publicada em 1970 sem que isso resultasse na promoção, por parte de Fausto, de um amplo e denso diálogo com as proposições de Barbosa Lima Sobrinho. Até porque esse historiador recolocou a tese do caráter regionalista do processo revolucionário não a partir da memória, mas sim por intermédio da crítica documental das fontes históricas que mobilizou em seu estudo.

Ainda sobre o diálogo de Boris Fausto com Barbosa Lima Sobrinho, registre-se que ele ficou restrito a um único apontamento no texto de “A Revolução de 1930”. Este apontamento ocorre no momento em que Fausto escreve sobre a ideologia da Aliança Liberal e se dá nos seguintes termos:

No curso da Primeira República, as camadas políticas fazem escasso apelo para atrair o voto popular – subordinado à fraude e ao mecanismo do reconhecimento de poderes. As manifestações ideológicas de tipo eleitoral são em regra indiferenciadas. Como disse Barbosa Lima Sobrinho, “em todas as nossas sucessões presidenciais, excetuada a de 1909, não apareceram divergências de doutrina, não se formaram interesses coletivos, ou reivindicações de classes. Apenas teses de amplitude e imprecisão inexcedíveis, para não irritar ninguém, dentro dessa enorme região amorfa, em que se travam os debates partidários no Brasil”. Esta amorfia corresponde também à inexistência de uma oposição frontal entre frações nacionais de classe, no interior das classes dominantes. (FAUSTO, 1989, p. 44).

E se Boris Fausto não demonstrou interesse em por em evidência as possíveis aproximações e diferenças existentes entre as suas interpretações e aquelas realizadas por Barbosa Lima Sobrinho, o mesmo não se pode afirmar quando se avalia o artigo “O contexto político na Revolução de Trinta”, de autoria conjunta das cientistas sociais

Celina do Amaral Peixoto Moreira Franco, Lúcia Lippi Oliveira e Maria Aparecida Alves Hime. Publicado em 1970, esse artigo pode ser apontado como um dos primeiros a propor um levantamento bibliográfico da escrita da Revolução de 1930, bem como a análise de suas principais teses interpretativas sobre esse evento da história brasileira.

Ao referenciar os autores que defendem a Revolução de 1930 como disputa das oligarquias regionais pelo poder na condução do Estado, as cientistas sociais Franco, Oliveira e Hime (1970) citaram como representativos dessa interpretação tanto o jornalista Barbosa Lima Sobrinho quanto o historiador Boris Fausto. Essa nomeação veio acompanhada da exposição dos argumentos construídos por cada um dos autores para a defesa das oligarquias como principais agentes do processo revolucionário de 1930. Feito isso, essas autoras finalizaram a discussão em torno da marcação das diferenças próprias às interpretações de Barbosa Lima Sobrinho e de Boris Fausto. Sobre essa questão, concluíram que:

Ao contrário de Barbosa Lima que considera as “paixões regionalistas” de certa forma desvinculadas de seu aspecto econômico, manifestando-se apenas ao nível do poder, Boris Fausto verá a cisão em torno do problema do café – aglutinando-se as burguesias não diretamente a êle vinculadas, mas sem que tenham, necessariamente, um caráter industrializante. (FRANCO; OLIVEIRA; HIME, 1970, p. 125).

Assim, enquanto Boris Fausto esquivou-se de traçar qualquer relação entre as conclusões de seu trabalho e a tradição interpretativa inaugurada por Barbosa Lima Sobrinho, as analistas da literatura do tema da Revolução de 1930 procederam à análise da obra faustiana em diálogo com as teses defendidas em “A verdade sobre a Revolução de outubro”. E esta identificação entre as teses de Boris Fausto e as de Barbosa Lima Sobrinho fora construída imediatamente à defesa de “1930: historiografia e história” a despeito do silenciamento daquele primeiro em relação à obra deste último.

Concluída essa primeira reflexão em torno da memória na obra faustiana, passa-se a análise dessa mesma questão na tese de livre-docência de Boris Fausto, intitulada “O trabalhador urbano e o conflito social na República oligárquica (1890-1920)”. A fim de se proceder a essa análise, julga-se necessário esclarecer que, no momento em que Boris Fausto empreendeu sua pesquisa sobre a classe operária, o campo de produção acadêmica encontrava-se distinto daquele em que se deu a realização de sua

tese de doutoramento. Diferentemente do que se viu no final dos anos de 1960, quando ainda se fazia escassa a bibliografia acadêmica sobre a Revolução de 1930, no início dos anos de 1970, Boris Fausto deparou-se com um número considerável de estudos acadêmicos relacionados com a classe operária. Afinal, de acordo com Claudio Batalha,

Ao longo dos anos 60 teve início no Brasil uma tradição de estudos acadêmicos relacionados com a classe operária. Essa tradição abarcava sociólogos preocupados em elaborar grandes sínteses, que estabeleciam teorias explicativas do movimento operário e de suas opções ideológicas. Foi com ela que foram introduzidas e cristalizadas noções tais como: a origem estrangeira da classe operária; o vínculo entre a introdução do anarquismo e essa origem; a hegemonia do anarquismo no movimento sindical da Primeira República. (BATALHA, 2010, p. 148).

Desse modo, ao iniciar seus estudos em torno da classe operária na Primeira República, Boris Fausto contou com as interpretações de cientistas sociais como Juarez Brandão Lopes, Leôncio Martins Rodrigues, José Albertino Rodrigues, Aziz Simão. Fato que lhe permitiu afastar-se de qualquer dependência das obras memorialísticas. Por essa razão, ao contrário do que se viu na ocasião da escrita de “1930: historiografia e história”, a bibliografia da tese de livre-docência de Boris Fausto contempla poucos títulos de caráter memorialístico e, dentre esses, citam-se: “Memórias de um exilado: episódios de uma deportação, de Everardo Dias; “O anarquismo perante a organização sindical”, de Antonio Moutinho, José Elias da Silva e Manoel Campos; “Terra moça: impressões brasileiras”, de Manuel de Sousa Pinto.

Observa-se que, à época em que Boris Fausto empreendia suas pesquisas sobre a formação da classe operária em São Paulo e Rio de Janeiro, como destacado anteriormente, a incorporação da memória na produção historiográfica brasileira ainda era incipiente e se restringia, quase que exclusivamente, a historiadores vinculados ao CPDOC. E, apesar de Fausto não pertencer ao CPDOC, os efeitos dessa admissão da memória na historiografia podem ser sentidos na tese de livre-docência desse historiador quando ele, logo na introdução de seu trabalho, reconhece que os estudos do movimento operário também podem contar com as “possibilidades prementes e quase inexploradas da história oral, das memórias condenadas via de regra ao esquecimento” (FAUSTO 1975, p. 4; 1976, p. 7). Esse reconhecimento é declarado no instante em que Boris Fausto

menciona o limite imposto pelas fontes que recortou para sua pesquisa, qual seja: o de ser apenas possível avaliar as ações coletivas do movimento operário, escapando, assim, à sua análise as atitudes individuais dos agentes desse mesmo movimento.

Além dessa menção que valoriza o possível uso da memória pela História, ao longo da construção narrativa de “O trabalhador urbano e o conflito social na República oligárquica (1890-1920)”, vez ou outra, Boris Fausto buscou compor sua argumentação a partir de depoimentos de anarquistas. Depoimentos esses coletados por autores que compuseram sua bibliografia, como: Gilberto Freire, em “Ordem e progresso”; John W. F. Dulles, em “Anarchists and communists in Brazil, 1900-1935”; Edgar Rodrigues, em “Nacionalismo e cultura social”. Apesar de expor trechos desses depoimentos, Fausto o fez sem a preocupação de proceder a uma análise problematizadora da relação entre a História e a memória – repetindo, assim, as escolhas realizadas em “1930: historiografia e história”.

Todavia, cabe destacar que, no sexto capítulo da tese, intitulado “Duas mobilizações”, ao avaliar as interpretações existentes sobre a greve de 1917 em São Paulo, Fausto concluiu que as análises sociológicas encontraram os depoimentos de memorialistas no instante em que ambos os discursos – o acadêmico e o de memória – reconheceram nesse movimento grevista o seu caráter espontâneo. Nas palavras desse historiador,

Desde o depoimento de memorialistas à análise sociológica [especialmente a formulada por Leôncio Martins Rodrigues], tem-se ressaltado o caráter espontâneo da greve de 1917 e não há motivo para se rever o fundo desta qualificação. À ausência de um plano, de uma coordenação central, de objetivos pré-definidos é patente. Os sindicatos tem restrito significado; o Comitê de Defesa Proletária – expressão da liderança anarquista e em menor escala socialista – não só se forma no curso do movimento como procura apenas canalizar reivindicações. O padrão de agressividade da greve relaciona-se com o contexto sócio-cultural de São Paulo e com a fraqueza dos órgãos que poderiam exercer funções combinadas de representação e controle. (FAUSTO, 1975, p. 245-246; 1976, p. 202-203).

E, embora Boris Fausto construa no fragmento em destaque certa correspondência entre os discursos das testemunhas que viveram o movimento grevista de 1917 e os estudos acadêmicos que tomaram por objeto esse movimento, sua análise

não prescindiu da hierarquização entre as narrativas memorialística e histórica, ao concluir que:

A espontaneidade “pura” só existe nos livros de contos de fadas acerca do movimento operário e não em sua verdadeira história. O conteúdo da atividade dos trabalhadores que deflagraram a greve nas maiores empresas, as várias formas de comunicação pelos bairros industriais talvez estejam perdidas para sempre. Há entretanto, um terreno mais sólido de observação a indicar que, se a greve de 1917 foi uma explosão, teve pouco a ver com uma “explosão repentina”. Os indícios de crescente tensão se acumulam nos meses que a antecedem, acompanhados de um visível esforço organizatório, apesar de todos os seus limites. (FAUSTO, 1975, p. 246; 1976, p. 202).

Sendo assim, a História, com seus aportes teórico-metodológicos, faria o que os estudos acadêmicos da área das Ciências Sociais não teriam sido capazes de fazer, ou seja: proceder à correção dos excessos próprios da memória a partir da análise do evento grevista de 1917 enquanto resultante do processo crescente de tensões políticas. Nesse sentido, ainda que não se verifique na obra faustiana uma preocupação em distinguir a narrativa memorialística da narrativa histórica, entende-se que Boris Fausto, ao promover o diálogo eventual com a memória para a composição de sua argumentação, não o faz motivado pela noção de equiparação entre as narrativas memorialística e histórica. Pois, para esse historiador, a memória, embora tenha o que dizer sobre o passado, não é capaz de expor a “verdadeira história”.

Referências Bibliográficas:

BATALHA, Claudio H. M. A historiografia da classe operária no Brasil: trajetórias e tendências. FREITAS, Marcos Cezar. *Historiografia brasileira em perspectiva*. 6.ed. São Paulo: Contexto, 2010. p. 145-158.

FAUSTO, Boris. *1930: historiografia e história*. 1969. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1969.

_____. *A Revolução de 1930: historiografia e história*. 12.ed. São Paulo: Brasiliense, 1989.

_____. *O trabalhador urbano e o conflito social na República Oligárquica (1890-1920)*. 1975. Tese (Livre Docência em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1975.

_____. *Trabalho urbano e conflito social (1890-1920)*. São Paulo; Rio de Janeiro: Difel, 1976.

FRANCO, Celina do Amaral Peixoto M.; OLIVEIRA, Lúcia Lippi de; HIME, Maria Aparecida Alves. O contexto político da Revolução de Trinta. *Dados – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, p.118-136, 1970.

GOMES, Angela de Castro (Org.). *Leituras críticas sobre Boris Fausto*. Belo Horizonte: UFMG; São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2008.

SANDES, Noé Freire. 1930: entre a memória e a história. *História Revista*, Goiânia, v. 8, n. 1/2, p. 143-160, jan./dez. 2003.

SOBRINHO, Barbosa Lima. *A verdade sobre a revolução de outubro (1930)*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1983.